

## ESPAÇOS LIVRES EM ÁREAS URBANAS

**Gislaine Cristina Villela Araujo Garcia**

Prefeitura de Guarulhos – Secretaria do Meio Ambiente

[gcva.villela@gmail.com](mailto:gcva.villela@gmail.com)

**Gisele Nepomuceno Ferreira**

Universidade de Taubaté – UNITAU

[gisele.nepomuceno@hotmail.com](mailto:gisele.nepomuceno@hotmail.com)

**Resumo:** As cidades no Brasil estão com acentuada urbanização, e uma das consequências do crescimento não planejado é o impacto negativo na qualidade de vida de seus moradores. Nesse contexto florescem as discussões sobre a relação do homem com a natureza onde espaços livres como parques, praças e até mesmo as ruas podem proporcionar melhor qualidade de vida, além de contribuir para a caracterização dos lugares onde as pessoas querem viver, trabalhar e visitar. O planejamento de políticas para o espaço aberto tem como fundamentos a inclusão social, a coesão da comunidade, saúde e bem-estar. Este artigo registra uma pesquisa exploratória, tem como objetivo apresentar questões relacionadas aos espaços livres em áreas urbanizada, por meio de pesquisa bibliográfica e documental e consulta a sítios oficiais. Os resultados encontrados mostram ainda um descompasso entre a prática - pulverização e a desarticulação de órgãos responsáveis por praças e parques e ausência de espaços livres públicos devidamente qualificados que possam atender de fato as demandas sociais dentro de uma visão do todo urbano e o previsto no “Estatuto da Cidade” que existe desde 2001. Observou-se que a precária manutenção dos espaços livres públicos urbanos ocorre de forma generalizada, mas é acentuada em muitas cidades nos bairros mais pobres. Autores mostram exemplos de ações para promover a mudança através de boas práticas e partilha de conhecimentos em um ambiente seguro e agradável. Um destes, o projeto bairros verde destaca a importância dos espaços livres para os residentes de habitação social, propondo melhorar projetos, sua gestão e a utilização segura, estabelecendo algumas ações para alcançar seus objetivos. Destaca-se também a parceria entre estado e cidadãos para auxiliar na conservação de áreas livres. Conclui-se que devido à necessidade do contato do homem com a natureza os espaços livres urbanos devem ser ampliados em número e qualidade contribuindo para proporcionar bem-estar e melhoria na saúde do homem urbano.

**Palavras-chave:** Planejamento urbano, Qualidade de vida na cidade; Espaços livres; Cidadania; Gestão municipal.

**Abstract:** Cities in Brazil have a marked urbanization, and one of the consequences of unplanned growth is the negative impact on the quality of life of its residents. In this context, discussions about the relationship between man and nature where free spaces such as parks, squares and even the streets can provide a better quality of life, and contribute to the characteristics of places where people want to live, work and visit. Policy planning for open space is based on social inclusion, community cohesion, health and well-being. This article records an exploratory research, aiming to present issues related to free spaces in urbanized areas, through bibliographical and documentary research and consultation to official sites. The results show a mismatch between practice - spraying and disarticulation of bodies responsible

for squares and parks and the absence of public spaces properly qualified that can actually meet the social demands within a vision of the urban whole, and the situation predicted in the "Statute of the City "that has existed since 2001. It has been observed that the precarious maintenance of urban public spaces is widespread, but it is accentuated in many cities in the poorest neighborhoods. Authors show examples of actions to promote change through good practice and knowledge sharing in a safe and enjoyable environment. One of these, the green neighborhoods highlights the importance of free spaces for residents of social housing, proposing to improve projects, their management and safe use, establishing some actions to reach their goals. Also worthy of note is the partnership between state and citizens to assist in the conservation of free areas. It was concluded that due to the necessity of man's contact with nature, urban spaces should be expanded in number and quality in order to contribute to the well-being of the citizens and improvement of urban man's health.

**Keywords:** Urban Planning, Quality of life in the City; Free Spaces; Citizenship; Municipal Management.

## INTRODUÇÃO

Os espaços livres como parques, praças e até mesmo as ruas podem proporcionar melhor qualidade de vida, além de contribuírem para a caracterização dos lugares onde as pessoas querem viver, trabalhar e visitar. Os espaços livres também podem fornecer o verde vital à infraestrutura das cidades, permitindo lidar de melhor forma com as inundações e com as mudanças climáticas, além de promover opções de lazer e atividades recreativas.

Na Inglaterra a política pública de "OPEN SPACE" (espaço aberto) faz parte dos processos de planejamento da comunidade. O planejamento de políticas para o espaço aberto tem como fundamentos a inclusão social, a coesão da comunidade, saúde e bem-estar. Uma abordagem estratégica partilhada para abrir espaço maximiza o seu potencial para contribuir para uma sociedade mais inclusiva e sustentável a nível local, regional e nacional.

Este artigo teve por objetivo refletir sobre a necessidade e importância da inserção de espaços livres dentro de regiões urbanizadas. Estes espaços correspondem à base do pensamento que visa a qualidade ambiental urbana e a melhoria da qualidade de vida, como alternativas para o lazer e conservação ambiental, propiciando aos moradores maior qualidade de vida.

"A gestão do meio ambiente urbano representa um desafio complexo para as sociedades contemporâneas. Não se trata apenas de considerar a preservação dos recursos ambientais, mas também de assegurar condições de vida digna à população, propiciando que parcelas da sociedade não sejam excluídas do processo de desenvolvimento das cidades. O

meio ambiente, qualificado de urbano, engloba tanto o meio ambiente natural quanto o meio ambiente transformado, resultado da ação do homem e da sociedade, ou seja, o meio ambiente na e da cidade. Como seria possível então apreender a “problemática urbana”? Há uma dificuldade de elaboração de uma problemática científica do meio ambiente urbano, como assinala Pascale Metzger, que advém do próprio contexto político, ideológico, científico e social." (SILVA, 2003)

Esta investigação buscou confirmar as tendências de conservação, abertura de espaços livres e implantação de novas áreas livres para lazer e convivência registradas em regiões urbanizadas, o estudo se desenvolveu através de pesquisa bibliográfica. A discussão proposta tem a finalidade de apresentar argumentos de reivindicação para a criação de novos espaços livres.

Este artigo registra uma pesquisa exploratória, tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com questões relacionadas aos espaços livres em áreas urbanizadas. Optou-se por uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Gil (2002), destaca que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente, para se ter uma ideia dos principais autores de um determinado tema de interesse. Entretanto, todos os dados devem ser checados na origem, a fim de minimizar os riscos e não comprometer a veracidade da pesquisa.

Partindo do pressuposto que os espaços livres são essencialmente necessários para dar qualidade as áreas urbanas, buscou-se confirmar a hipótese com base em alguns resultados de outras pesquisas e livros. Os principais conceitos sobre espaços livres e definições dadas aos espaços livres de edificações e urbanização foram extraídos dos textos de Macedo e Magnoli, autores da academia que estudam há muito tempo os espaços livres de uso coletivo e suas funções. O recorte deste artigo, abrange apenas a necessidade dos espaços livres em regiões urbanizadas e sua qualificação.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **URBANIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA**

As cidades no Brasil estão passando por um período de acentuada urbanização, e o crescimento não planejado deixa de considerar itens necessários em promover a qualidade de

vida de seus moradores. Além de acarretar o empobrecimento da paisagem urbana. Considerando a inserção da natureza como item relevante para a sustentabilidade das nossas cidades, será abordado especificamente os espaços livres de edificação como um elemento essencial para qualificar nossas cidades e promover melhor qualidade de vida.

Loboda e Angelis (2005) e Monteiro (2007) relata que desde as cidades antigas o homem já demonstrava sua necessidade de relacionar com a natureza, apontam ainda a necessidade da inserção do verde na cidade, e os efeitos benéficos da vegetação sobre o espírito e a saúde humana.

Desta forma, o jardim foi o modo encontrado para devolver ao homem um pouco do seu ambiente natural. Nas primeiras civilizações, esse mecanismo era privilégio de poucos: governantes, alto-clero, membros da elite econômica e social. Característica que se comprova pela etimologia da palavra: do hebreu gan– (cerca, fechamento) e éden (prazer, deleite) – assim, descreve um espaço para o deleitar “fechado” ou “restrito”. Contudo, desde que as cidades existem, sempre existiu o cultivo de elementos naturais isolados ou em grupos, na tentativa dos habitantes, não somente dos aristocratas, em incorporá-los ao seu ambiente físico (SPIRN, 1995 apud MONTEIRO, 2007, p. 13).

A Brasil colônia nasceu em um momento em que a Europa pensava belos e utópicos modelos para as cidades, buscando o antagonismo da cidade medieval com suas vielas tortuosas. O modelo português de implantação de vilas e cidades não era ausente de planejamento, contudo, as praças e ruas arborizadas vieram bem mais tarde. Há de se considerar que isto aconteceu em um primeiro momento, quando as pequenas vilas eram totalmente cercadas por uma densa vegetação tropical e não fazia sentido pensar em uma vegetação urbana. A partir da segunda metade do século XVIII, surge às primeiras propostas de planejamento urbano inspiradas nas cidades europeias, com a implantação de jardins Botânicos e passeios públicos, coincidindo com o crescimento das cidades e consolidação das fronteiras.

A imagem urbana, até a segunda metade do século XIX, desconhecia árvores e canteiros nas vias e largos, e os raros jardins comuns eram criados apenas nas cidades principais, e desta forma, a paisagem urbana era composta por uma atmosfera árida desprovida de vegetação. “...as matas, os matos, os campos, as roças ficavam fora do perímetro urbano que guardava chão limpo e batido de terra” (Monteiro, 1997, p.28). A partir da segunda metade do século XIX, inicia-se a arborização e o ajardinamento das cidades, época em que se propaga como exigência, principalmente, do mundo ocidental. Algumas cidades assimilaram

intervenções modernizadoras em suas infraestruturas, nos moldes das metrópoles europeias em função do sanitarismo e salubrismo. As implantações dessas novas infraestruturas nas cidades já consolidadas, necessariamente não preconizaram a reordenação do tecido urbano – sobretudo a reordenação dos espaços físicos herdados do período colonial.

Após a criação dos primeiros jardins públicos, e concomitantemente, com a difusão dessas ideias para as povoações de menor porte e interioranas, iniciaram-se os cuidados em arborizar e ajardinar os antigos e novos logradouros públicos. As ruas mais importantes, e principalmente as praças, passaram por um processo de embelezamento, com a inserção de árvores e canteiros de plantas ornamentais. O sucesso dessa transformação foi tanto, que tão logo se perdeu a noção das peculiaridades de uma praça e de um jardim.

Entretanto, as cidades brasileiras, com o advento dos ideais modernistas - modernas, arrojada, limpa, produtiva, populosa – não comportavam os padrões ecléticos, assim, a partir de 1940, começaram a aparecer os primeiros sinais de mudança na concepção dos espaços livres, com a alteração de seu programa de uso. Os parques e praças passaram a absorver o lazer ativo – principalmente as atividades esportivas e recreativas. Os jardins particulares também deixaram de ter a função contemplativa ou decorativa e passaram a ser planejados como área de lazer ativo interno ao lote.

Essa mudança foi impulsionada pelo desenvolvimento econômico e social que se passava no país, no período conhecido como nacional desenvolvimentista, de 1946 a 1964, permitindo um maior acesso do trabalhador ao lazer, em razão da construção de clubes nas empresas, acesso à arte e espetáculos teatrais, e também o desenvolvimento de esportes de elite.

Após o Golpe Militar, o Brasil viveu um período de restrição das liberdades públicas e sociais, com incentivo à prática de lazer e às artes sem caráter político ou crítico. O exemplo, das telenovelas, houve restrição aos esportes de ruas, tanto pelo regime político como pelo aumento do número de automóveis em circulação, utilização do esporte como meio de estímulo ao sentimento nacionalista, e ainda, em razão do desenvolvimento econômico, o acesso da elite nacional ao lazer internacional foi ampliado, além da criação de espaços turísticos nacional e hotéis, também foram facilitados pela construção de estradas por todo país, até a crise do petróleo em 1970.

No período subsequente, marcado pela redemocratização e fim da censura na década de 80 e pela globalização na década de 90, a revolução na tecnologia das comunicações, informática e transporte reduziram as distâncias geográficas e temporais, e a adoção de

políticas neoliberais pelo Brasil, com privatizações e abertura do mercado ao capital estrangeiro, resultaram em uma pequena melhora na distribuição de renda, o que ainda não permitiu o acesso das camadas mais pobres da população ao lazer pago. Paralelamente, a qualidade de vida e uma busca por um contato maior com a natureza pode ser observado no comportamento da sociedade nos últimos 40 anos, com origem nos primeiros movimentos ambientalistas organizados nos anos 70.

## CONCEITOS FUNDAMENTAIS SOBRE ESPAÇOS VERDES NA ZONA URBANA

No final da década de 1970, o conceito espaços livres de edificação foi abordado como todo espaço nas áreas urbanas e em seu entorno que não estivesse coberto por edifícios. Essa definição abrange todo e qualquer espaço dentro ou fora da área urbanizada, seja em água ou solo (MAGNOLI, 2006). Aos espaços livres, dentro do tecido urbano, dentro dos limites de cada cidade, vila ou metrópole; denominam-se espaços livres de edificação, e àqueles inseridos nos territórios não ocupados por urbanização, denominamos espaços livres de urbanização.

Para Kliass (2006), o conceito urbanístico de espaço livre está intimamente ligado à vida das cidades; e são sentidos por suas ruas, praças e parques, caracterizando a paisagem urbana. A autora destaca que além de ser um elemento simples e indispensável de regularização do grau higrométrico da atmosfera, de eliminação de toxinas, de equilíbrio de camadas de ar poluído, de abertura de áreas de luz e sol, os espaços livres possuem um significado muito maior.

Monteiro (2007) define os espaços livres de edificação como espaços abertos da cidade, os chamados tecidos negativos que ficam subordinados à cidade material, àquela do espaço construído. Os espaços edificados configuram os tecidos positivos dentro do tecido urbano e são formados pelos edifícios, quadras, muros e monumentos.

Alves (2005) caracteriza os espaços livres de edificação como áreas que se opõe à cidade, espaços delimitados e definidos a partir das edificações, sujeitos às restrições impostas pelas construções; e os relaciona aos aspectos do espaço livre do trabalho cotidiano, assim, incorpora a noção de lazer e usufruto do tempo livre. Estar nos espaços abertos pode representar a possibilidade de estar inseridos na natureza, lugares da espontaneidade, do encontro e da coletividade.

• **Livre** significa o que é isento de restrições, controle ou limitações ou ainda aquilo que é espontâneo, natural. O termo espaço livre ou “aberto” traz o conceito de natureza sociabilidade, pois, relaciona conteúdo social. É possível considerar que o termo é empregado por exprimir os valores atribuídos a essas áreas, e que até mesmo são essas as funções das áreas livres.

O uso dos conceitos, espaço livre e área verde, se confundem na imaginação popular, pois estão associados, exclusivamente ao lazer. Esta idealização está associada à existência de áreas vegetada ou ajardinada dentro do tecido urbano, possibilitando o uso exclusivo e imediato ao lazer. Na década de 1980, Magnoli (2006) sintetiza e define conceitos fundamentais para a definição dos espaços livres de edificações e urbanização. A partir destas ideias se estabelecem os limites entre áreas verdes, áreas de lazer e áreas de circulação que designam apenas determinados tipos de espaços livres de edificação e urbanização.

• **Área verde:** Refere-se aos mesmos elementos referenciados em espaço verde, e ainda designa toda e qualquer área, que por um motivo qualquer, exista vegetação. Esse termo é também usado para denominar o conjunto de lazer público de uma cidade, englobando as praças, hortos e bosques (jardins públicos e os parques urbanos) (Magnoli, 2006). Para Macedo (1995), essa denominação não é precisa, pois nem todas as praças são áreas de lazer e/ou necessitam ser ajardinadas para desempenhar seu papel de espaço social. Contudo, afirma que a utilização do termo sistema de espaços livres públicos de lazer e/ou conservação é precisa e objetiva e evita o uso irresponsável do conceito para os mais diversos fins (políticos). Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas, também, devem ser conceituadas como área verde. No entanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas não devem ser consideradas como tal, pois, as calçadas são impermeabilizadas.

• **Espaços Verdes:** Macedo (1995) conceitua espaços verdes como toda área urbana ou porção do território ocupada por qualquer tipo de vegetação. O valor social a ela atribuído pode ser vinculado ao seu utilitarismo em termos de área de produção de alimentos, ao interesse para a conservação ou preservação de conjuntos de ecossistemas ou mesmo de um único ecossistema, ao seu valor estético/cultural e mesmo a sua definição para o lazer.

• **Área de Conservação:** São áreas naturais com características relevantes a serem protegidas, definidas por espaços territoriais e seus recursos ambientais,

incluindo as águas; legalmente instituídas pelo Poder Público, com o objetivo de conservação e preservação de longo prazo da diversidade biológica como, por exemplo, o Parque Estadual da Cantareira em São Paulo.

• **Área de Circulação:** Engloba a grande a maioria dos espaços livres de edificação de propriedade pública (todo o sistema viário) e parte do sistema privado de espaços (as ruas das vilas e o sistema viário dos condomínios). Destinadas formalmente à circulação e ao acesso de veículos e pedestres.

• **Árvore e a vegetação:** Elementos de composição e do desenho urbano que servem para organizar, definir e conter espaços. Caracterizando assim, a imagem da cidade, por sua própria individualidade, desempenhando funções precisas. Existem grandes parques como o Farroupilha em Porto Alegre ou o Ibirapuera em São Paulo que são totalmente definidos pela vegetação, contudo, a vegetação no contexto urbano nem sempre estrutura os espaços livres. Já fora do contexto urbano, a vegetação e os terrenos (suportes físicos) são os principais elementos definidores dos espaços e caracterizadores da paisagem.

• **Área de lazer:** Para Macedo (1995), todo e qualquer espaço livre de edificação ou natural pode ser destinado prioritariamente ao lazer, ativo ou contemplativo. Considera-se um espaço livre ativo quando o mesmo oferece espaços para jogos e brincadeiras; e contemplativo, quando a área é dotada de um valor cênico/paisagístico expressivo e pelo seu interior o cidadão apenas observa ou passeia a pé, montado ou de carro, contemplando o cenário. Os parques, praias e praças urbanas estão englobadas dentro desse conceito, possibilitando muitas vezes, a utilização mista, tanto para o lazer ativo, quanto para o passivo.

Encontramos muitos exemplos de apropriação de áreas inadequadas para o lazer, onde os moradores com seu baixo grau de exigência utilizam terrenos vazios, como os encontrados nas várzeas de rios, para jogos e brincadeiras, alternativa encontrada pelos moradores das pequenas e médias cidades é o uso de áreas ou terras vizinhas aos perímetros urbanos, onde são praticados os piqueniques, as caminhadas, os jogos junto à cachoeira, lagos e riachos.

Para Mendonça (2007), a relação do espaço público na cidade com o próprio meio urbano, está fortemente vinculada a aspectos físicos, naturais e/ou construídos, caracterizados pelo desenho de formas, que muitas vezes, além de representar o espaço pretendido, passam a corresponder à imagem de determinado lugar, cidade, região ou país. Cabe lembrar que a construção destas formas é inerente a aspectos socioeconômicos. Assim, considera-se que a

forma do ambiente urbano está necessariamente relacionada às articulações dos interesses e esforços sociais e econômicos, envolvendo neste sentido, as pessoas, seus desejos e intenções. A apropriação do ambiente construído pode se dar pelas possibilidades de uso deduzidas a partir dele, ou adaptadas às necessidades imediatas ou desejos e intenções não satisfeitos na construção do ambiente; independente das relações que foram estabelecidas na definição e construção do mesmo.

Nas últimas décadas, a urbanização fez florescer a discussão sobre a relação do homem com a natureza. "Na década de 1980, procurou-se entender melhor os sentidos que os homens conferiam a suas vidas nas cidades e a incorporação da dimensão espacial na cultura; repensava o conceito de cultura e de diversidade cultural, os significados, representações e formas simbólicas ao longo da história. Seriam talvez, a procura pelas cidades eticamente mais justas, paisagens mais harmoniosas e mais duráveis ecologicamente." (MAGNOLI, 2006 apud GARCIA, 2013, P. 63).

Na década de 2000, alguns aspectos são de sentimento comum em relação à urbanização das cidades brasileiras, percebidos como problemas na vida e no espaço: ambientes urbanos precários, pobreza, favelização, solapamento de encostas, inundações, saneamento básico, destinação de resíduos, lixo urbano; gastos e desgastes com o trânsito, congestionamentos, automóvel, transporte coletivo; a mídia e o consumo, com sua estranha ideologia de realização; os poucos empregos e os problemas de trabalho e a forma padronizada da concepção de recreação (MAGNOLI, 2006).

Atualmente, a preocupação com o meio ambiente tem sido valorizada nos meios acadêmicos e na sociedade, mas na prática de organização das cidades, o que se observa em algumas cidades é a incorporação de espaços livres, especialmente nas áreas de expansão do território urbano, não havendo um planejamento de como deverão ser incorporadas à estrutura urbana e à paisagem das cidades. Considerando a necessidade do contato do homem com a natureza os espaços livres urbanos devem ser ampliados em número e qualidade, destaca-se que a possibilidade do lazer ao ar livre, além de proporcionar bem-estar, também contribui para melhorar a saúde do homem urbano.

Destacamos a renovação da legislação, ocorrida entre 1988 e 2008, em todos os níveis: federal, estadual e municipal. Trata-se da promulgação da nova Constituição Federal, em 1988; da promulgação da Constituição Estadual nos vinte e seis estados da União, no ano de 1989; a criação do Estatuto da Cidade, em 2001 e do Ministério das cidades, em 2003. Um conjunto de incidência direta na dinâmica intra e interespaço urbano-metropolitano brasileiro

e que assegurou, pelo menos na forma da lei, que os estados pudessem criar municípios e regiões metropolitanas, atribuições antes somente da União; tornou os municípios responsáveis pelo desenvolvimento municipal, via elaboração de Plano Diretor e Lei Orgânica Municipal, com possibilidade de descentralização e participação da sociedade civil na definição das políticas públicas urbanas, via fóruns e audiências; criou, com a edição do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), importantes instrumentos e mecanismos dotadores do poder local com ampla capacidade de atuação, para o bem e para o mal, no espaço intra-urbano: plano diretor, operações urbanas consorciadas, desapropriação, outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, usucapião, servidão administrativa, etc., com explícita preocupação com o “desenvolvimento sustentável” e com o tal “equilíbrio ambiental” (MACEDO; CUSTÓDIO, 2009, p.06)

Esses autores Macedo e Custódio, (2009) destacam que apesar da existência de planos diretores muito conservadores (Rio de Janeiro) e outros bem progressistas (Belém), ainda há a pulverização e a desarticulação de órgãos responsáveis por praças e parques. Os espaços livres urbanos ainda não são planejados como um sistema de cunho amplamente público, dessa forma, alguns deles são pouco interligados e pouco acessíveis fisicamente à população em geral; destacam também há precariedade de projetos, e da qualidade paisagística urbana com raras exceções como Campo Grande e Palmas.

Na pesquisa intitulada “Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil – QUAPÁ-SEL” com o objetivo principal de verificar as transformações dos espaços livres públicos de cidades brasileiras no contexto da dinâmica dos processos socioeconômicos e da realização da esfera pública, constatou-se que apesar das particularidades culturais, socioeconômicas, do sítio e das condições físicas, foi possível identificar padrões comuns de distribuição dos espaços livres públicos nas cidades brasileiras.

Em algumas cidades como Curitiba, Maceió, Natal existem espaços livres públicos, mas são mal distribuídos, e, ao contrário do que se poderia imaginar, destacou-se que o problema não é a escassez quantitativa, pois há grandes estoques, seja por todo o tecido urbano de várias das metrópoles e cidades médias estudadas: Belém, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Maceió, Manaus, Natal, Palmas e São Paulo.

A pesquisa evidenciou a escassez de áreas para implantação de novos espaços livres, tanto públicos como privados, e ainda, observou que as práticas políticas resultam na ausência de espaços livres públicos devidamente qualificados que possam atender de fato as demandas sociais dentro de uma visão do todo urbano. Observou-se que a precária manutenção dos

espaços livres públicos urbanos ocorre de forma generalizada, mas é acentuada em muitas cidades nos bairros mais pobres.

"Porém, grosso modo, a ausência da visão de conjunto, que buscaria articular as questões de caráter ambiental, funcional e cultural é recorrente, predominando a demora, a ação pontual, os projetos de oportunidades, os programas desarticulados e descontínuos, as dificuldades técnicas, o uso de material inadequado e o desconhecimento da legislação na implantação dos projetos" (QUEIROGA et al., 2011 p. 20).

## A QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES

O tecido urbano intercortado por espaços livres tem esses classificados de acordo com algumas características, tais como:

- **Duração** – vida útil: de um determinado espaço livre está diretamente ligada às possibilidades que este espaço oferece para a sua apropriação pelos usuários. Quanto mais e melhor ele puder ser apropriado, contudo convenientemente mantido, maior será sua aceitação pelos usuários, e por mais tempo manter-se-á sua identidade morfológica. A possibilidade de uma diversidade de uso qualifica o espaço e confere a ele maior durabilidade e estabilidade. Macedo (1995) destaca a adequação funcional, adequação ambiental, adequação estética como fatores que devem ser considerados para a avaliação de qualquer espaço livre:

- **Adequação funcional:** consiste na correta conformação morfológica e dimensional do espaço, permitindo o uso para diversas finalidades.

- **Adequação ambiental:** consiste na capacidade do espaço em proporcionar condições salubres aos usuários no desempenho das mais diversas atividades. Sendo considerados aspectos de insolação, ventilação, qualidade e permeabilidade do solo e subsolo, estabilidade e rugosidade de pisos, declividades, graus de umidade.

- **Adequação estética:** é o fator mais difícil de avaliar, pois os padrões variam constantemente de acordo com as expectativas sociais. As mudanças de padrões estéticos podem ser observadas na organização das praças públicas.

Em *Decent homes need decent spaces: An action plan to improve open spaces in social housing areas* (CABE, 2008), propõe-se um plano de ação para melhorar a qualidade dos espaços abertos em áreas habitacionais, considera-se o impacto dos espaços abertos na saúde e no bem estar das pessoas, estabelece 10 ações para promover a mudança através de boas práticas e partilha de conhecimentos, com a intenção de criar novas oportunidades para melhorar a qualidade dos espaços abertos em áreas de habitação social, fornece oportunidade às pessoas de todas as idades, com espaços próximos a casa, permitindo ao morador usufruir dos espaços da forma que quiser: relaxar sob o sol, cultivar uma horta, jogar, competir no esporte, ou simplesmente conversar com seus vizinhos em um ambiente seguro e agradável.

O projeto bairros verde destaca a importância dos espaços livres para os residentes de habitação social, propondo elevar a qualidade de seus projetos, gestão e a utilização segura, assim estabelece algumas ações para alcançar seus objetivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou relacionar os significados dos conceitos espaços livres, visando oferecer uma gama diversificada, mas não estanque, de abordagens e definições estabelecidas por diversos autores. Os conceitos descritos ao longo do trabalho foram considerados como instrumentos de leitura para organizar e estruturar os vários significados de espaços livres públicos.

Considerado a real situação dos espaços públicos, verificou-se que os espaços livres ainda não são planejados como um sistema de cunho amplamente público, dessa forma, alguns deles são pouco interligados e pouco acessíveis fisicamente à população em geral; destacam também há precariedade de projetos, e da qualidade paisagística urbana, além da insuficiente manutenção e conservação.

Os espaços livres como já descrito por Queiroga e Macedo, não possuem manutenção e conservação eficiente, tendo em vista que os moradores e usuários desses espaços não se apropriam do local. Desta forma, cabe destacar a necessidade de desenvolver a competência da conservação dos espaços. Ao motivar os moradores e funcionários municipais a se apropriarem das praças, dos parques e de toda as áreas públicas, a conservação se dará automaticamente ao longo do tempo, pois as pessoas vão começar a compreender que os espaços públicos são extensões de suas próprias casas. Incentivando as pessoas a serem mais ativas, oferecendo atrativos, nos espaços livres, próximos a moradia, o que acrescenta

benefícios a saúde. Acredita-se que, promove-se a rotina diária quando as pessoas têm acesso a uma rede atrativa de parques naturais, espaços verdes e segurança.

O estudo aqui desenvolvido traz luz à gestão pública, ao conceituar e qualificar os espaços livres, contribuindo com conceitos que podem vir a ser utilizados, afim de, contribuir para a criação e usufruto de espaços livres mais saudáveis, promovendo maior qualidade e menor custo de conservação e manutenção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, P.T.R. (2005). Áreas livres em conjuntos habitacionais na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo - USP/SP, São Paulo.
- ARAUJO, G.C.V. (2013). Espaços livres e coletivos em condomínios habitacionais verticalizados: o centro de Guarulhos - SP. 212 p. Dissertação (Mestrado), Universidade de Campinas, Unicamp, Campinas, SP.
- CABE - Commission for Architecture and the Built Environment (n. d.). The building for life questions. Arquivo on-line. Recuperado em 14 janeiro de 2015, de <http://www.cabe.org.uk/publications>.
- CABE (n.d.). Open space strategies: Best practice guidance (2009). 13/maio. Arquivo on-line. Recuperado em 14 janeiro de 2015, de <http://www.cabe.org.uk/publications/open-space-strategies>.
- CABE (2006). Decent homes need decent spaces: An action plan to improve open spaces in social housing áreas (n. d.). Arquivo on-line. Recuperado em 14 janeiro de 2015, de <http://www.communityplanning.net/pub-film/pdf/DecentHomesNeedDecentSpaces.pdf>.
- CUSTÓDIO, V.; MACEDO, S.S.; et al. (2009). Os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera de vida pública: considerações preliminares. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 12º., Montevideo. Anais... do XII EGAL, 3-7 abril. Montevideo: Universidad de la República, 2009.
- GIL, A.C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Editora Atlas.
- MACEDO, S.S. (1987). Higienópolis e Arredores: processo de mutação de paisagem urbana. São Paulo: Pini Editora da Universidade de São Paulo.

- MACEDO, S.S. (1991). O processo de verticalização e a paisagem da cidade (1991). Revista Sinopse, São Paulo, 15, 68-76.
- MACEDO, S.S. (1995). Espaços livres. Paisagem ambiente, São Paulo, 7, 15-56.
- MACEDO, S.S. (1997). Paisagem, lotes e tecidos urbanos. Paisagem ambiente, São Paulo, 10, 13-50.
- MACEDO, S.S. (1998). Paisagem, modelos urbanísticos e as áreas habitacionais de primeira e segunda residência. Paisagem ambiente, São Paulo, 11, 131-202.
- MACEDO, S.S. (2001). Produção da paisagem urbana contemporânea brasileira no final do século 20. Paisagem ambiente, São Paulo, 14, 143-170.
- MACEDO, S.S. et al. (2009). Oficinas de trabalho como instrumento de pesquisa e aprendizado. Paisagem ambiente, São Paulo, 26, 165 - 196.
- MACEDO, S.S. et al. (2011). Sistema de espaços livres privados, o outro lado dos sistemas de espaços livres urbanos. In: Campos, A.; Queiroga, E.; Galender, F.; Degreas, H.; Akamine, R.; Macedo, S.; Custódio, V. (Org.). Sistemas de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagens. 1ed. São Paulo: FAUUSP, p. 33-53.
- MAGNOLI, M.M. (2006). O parque no desenho urbano. Paisagem ambiente, São Paulo, 21, p. 199-212. (2008). Em busca de outros espaços livres de edificação. Paisagem ambiente, São Paulo, 21, 141-173.
- MENDONÇA, E.M.S. (2007). Apropriações do espaço público: alguns conceitos. Estud. pesqui. psicol., UERJ, Rio de Janeiro, 7(2), 296-306, ago. 2007. Recuperado em 20 junho de 2015, de <http://www.revipsi.uerj.br/v7n2/artigos/pdf/v7n2a13.pdf>
- MONTEIRO, E.Z. (2007). Verdes-dentro e verdes-fora: visões prospectivas para espaços abertos urbanos privados e públicos em área habitacional de interesse social. Tese (Doutorado) Universidade de Campinas – Unicamp, Campinas/SP.
- NBR-14724 (2011): Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro.
- QUEIROGA, E.F. et al. (2011) Espaços livres públicos nas cidades brasileiras. Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, 1-31. Recuperado em 6 novembro de 2015, de <http://revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/2201/209>.
- SAUAIA, A. C. A. (1996) Monografia Racional. Anais... 1 o . SEMEAD – Seminários em Administração. Volume 01, Setembro, p. 276-294. PPGA/FEA/USP/SP

SILVA, S.T. (2003). Políticas Públicas e Estratégias de Sustentabilidade Urbana. *Hiléia, Manaus* (on line). 1(1), 121-137, 2003. Recuperado em 20 junho de 2015, de [http://www3.esmpu.gov.br/linhaeditorial/outras-publicacoes/serie-grandes-eventos-meioambiente/Solange\\_Teles\\_Politicass\\_publicas\\_e\\_sustentabilidade.pdf](http://www3.esmpu.gov.br/linhaeditorial/outras-publicacoes/serie-grandes-eventos-meioambiente/Solange_Teles_Politicass_publicas_e_sustentabilidade.pdf)

**Recebido 19/09/2017**  
**Aprovado 30/01/2018**